

Instrumentalidade e coerência do conceito de eventos privados¹

(Instrumentality and coherence of the concept of private events)

Aécio Borba & Emmanuel Zagury Tourinho

Universidade Federal do Pará - Brasil

(Received: March 12, 2009; accepted: November 25, 2009)

O presente trabalho discute os usos do conceito de eventos privados na Análise do Comportamento, tendo como referência noções pragmatistas acerca da validade dos conceitos científicos. Apesar de muitos trabalhos apontarem a proximidade entre o pragmatismo e a Análise do Comportamento (cf. Abib, 2001; Baum, 2005; Lamal, 1983; Leigland, 1999, 2004; Tourinho, 1994, 1996; Tourinho & Neno, 2003), poucos o fazem buscando refletir sobre um conceito ou problema específico. Frequentemente, essas aproximações apenas apontam que o analista do comportamento se vale de um critério instrumental de verdade em lugar de um critério de verdade por concordância (e.g Abib, 1999; Moore, 2001). Este artigo, diferentemente, pretende discutir se o analista do comportamento segue uma lógica compatível com a posição pragmatista ao usar o conceito de eventos privados.

James (1907/1987a) sugere que a validade de um conceito depende de sua instrumentalidade. Dizer que determinadas idéias ou crenças são verdadeiras significa, para James, que elas “ajudam a relacionarmos-nos satisfatoriamente com outras partes de nossa experiência” (p. 512). James acrescenta que

Qualquer idéia sobre a qual possamos nos apoiar, por assim dizer, qualquer idéia que nos transporte proveitosamente de qualquer parte da nossa experiência para

1) Este artigo reproduz partes da Dissertação de Mestrado apresentada pelo primeiro autor ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, e orientada pelo segundo autor. Trabalho parcialmente financiado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES (Bolsa de Mestrado), e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq (Processos 304116/2007-6 e 480727/2007-4). Endereços: aecioborba@gmail.com (AB) e eztourinho@gmail.com (EZT)

qualquer outra parte, ligando as coisas satisfatoriamente, trabalhando seguramente, simplificando, economizando trabalho; é verdadeira por tudo isso, verdadeira em toda a extensão, verdadeira instrumentalmente. (p.512)

Rorty (1988/1997; 1998/2005) caminha na mesma direção de James, ao afirmar que não é a concordância com uma realidade objetiva ou uma precisa representação desta que permite ao cientista operar efetivamente com os fenômenos, mas o contrário: um conceito é considerado verdadeiro na medida em que possibilita ao cientista agir com eficiência sobre o mundo. Na medida em que novos conceitos estendem o universo de fenômenos explicados por uma área de conhecimento, ao mesmo tempo em que continuam a dar respostas a problemas antigos, eles se tornam aceitos dentro de uma comunidade lingüística particular (no caso, a comunidade científica). Quando um conceito é capaz de dar conta de um determinado problema e o faz frente a seguidas apresentações deste, o conceito passa a ter um grau de acordo intersubjetivo e a ser considerado válido. De acordo com James (1909/1987b) seria um erro grosseiro criar uma dicotomia entre “prática” e “teoria”. A validade de uma idéia pode ser determinada também se ela permite dar conta de uma quantidade maior de fenômenos (mesmo de forma inferencial) ou se ela organiza outras idéias dentro de um sistema explicativo mais parcimonioso, por exemplo (James, 1909/1987b; Tourinho & Neno, 2003). Nessa perspectiva, um conceito é entendido como uma sistematização de um conjunto de experiências frente a parcelas da realidade, validado na medida em que orienta as ações práticas de um grupo social.

A concordância de uma idéia com o corpo teórico ao qual ela se vincula também importa para definir sua validade. Segundo Tourinho e Neno (2003), a “efetividade, do ponto de vista pragmatista, não é colocada à parte de um sistema de crenças, não é uma medida suficiente e independente da validade de uma reivindicação a conhecimento” (p. 68). James argumenta que as verdades anteriores têm um papel ativo na formação das novas verdades, tanto quanto o critério de efetividade de uma idéia. Novos conceitos são estabelecidos como verdadeiros na medida em que novas experiências se articulam às antigas e dão origem a proposições que acomodam satisfatoriamente experiências novas e antigas (James, 1907/1987a, 1909/1987b; Tourinho & Neno, 2003).

Assim, junto ao critério instrumental, podemos apontar a coerência como um critério que define a validade de um conceito, de acordo com pressupostos pragmatistas. Apenas dentro de uma rede de referência, uma determinada idéia pode ser considerada verdadeira. Quando se define a validade de um conceito a partir de sua instrumentalidade, essa validação acontece em um contexto no qual se encontra já estabelecido, inclusive, o que conta como operar sobre a realidade de forma efetiva.

Ao discutirmos neste trabalho a validade, para analistas do comportamento, do conceito de eventos privados, a partir de proposições pragmatistas, podemos fazer as seguintes perguntas: a) se há aspectos em comum entre Análise do Comportamento e

a filosofia pragmatista, a proposição e uso do conceito de eventos privados refletem essa aproximação?; b) o conceito de eventos privados é reconhecido por analistas do comportamento como instrumental, ou seja, reconhece-se que ele nos permite operar de forma efetiva sobre a realidade? e c) o conceito de eventos privados estende de modo coerente o universo de fenômenos explicados pela Análise do Comportamento? Em suma, o conceito conduz a uma atividade prática produtiva e coerente com o sistema explicativo analítico comportamental? Esperamos oferecer respostas a estas perguntas a partir de um exame da coerência, das funções e dos usos do conceito de eventos privados.

A COERÊNCIA DO CONCEITO DE EVENTOS PRIVADOS COM O SISTEMA EXPLICATIVO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

O processo de validação de um conceito científico envolve uma apreciação de sua coerência com um corpo teórico compartilhado pelos membros de uma comunidade científica. Ao descrever um evento, o cientista não está sob controle simplesmente de uma parcela da realidade, mas está sob controle dessa realidade tal como configurada sob as práticas de uma comunidade verbal. Para o pragmatismo, quando uma descrição é verdadeira para uma comunidade, ela guarda coerência com o sistema explicativo compartilhado por aquela comunidade, além de permitir operar efetivamente com o objeto de estudo. Esta seção discute duas questões acerca da coerência do conceito de eventos privados com o sistema explicativo da Análise do Comportamento: a ausência de uma visão consensual sobre tal coerência e a dificuldade em afirmar a coerência do conceito com os métodos da Análise do Comportamento.

A AUSÊNCIA DE CONSENSO SOBRE A COERÊNCIA DOS USOS DO TERMO EVENTOS PRIVADOS

Ainda que vários autores apontem a importância para a Análise do Comportamento de lidar com fenômenos relativos à subjetividade (e.g., Anderson, Hawkins, & Scotti, 1997; Deitz & Arrington, 1984; Friman, Hayes, & Wilson, 1998; Moore, 2000, 2001; Tourinho, 2006b), não é consensual entre analistas do comportamento a idéia de que fenômenos emocionais e cognitivos devem ser tratados com o conceito de eventos privados. Mais do que isso, há posições conflitantes sobre o assunto na literatura analítico-comportamental.

Alguns autores (e.g., Calkin, 2003; Gongorra & Abib, 2001; Place, 1993; Moore, 1975, 1980, 2000, 2001; Simonassi, Tourinho, & Silva, 2001) sustentam que o conceito de eventos privados pode ser usado na referência a termos (estímulos e respostas) que participam de relações comportamentais. Esses autores ressaltam, como Skinner (1945),

que a única diferença entre eventos privados e públicos é a acessibilidade restrita dos primeiros.

Leigland (2003) afirma que o caráter público ou privado de um evento é irrelevante para o analista do comportamento, uma vez que este se volta prioritariamente para a função dos eventos. Assim, ao explicar um fenômeno, o analista do comportamento pode utilizar o conceito de eventos privados para reportar-se a eventos que não podem ser observados diretamente, sem entrar em conflito com o sistema explicativo.

Descrever um evento como público ou privado é uma resposta verbal do analista do comportamento, sob controle da acessibilidade do evento (pelo menos, parcialmente) e das práticas de uma comunidade verbal. Tal descrição, portanto, não descreve algo de essencial, uma realidade pré-linguística do objeto de estudo. A própria identificação de uma ocorrência qualquer como um “evento” (para o analista do comportamento, uma ocorrência ambiental ou comportamental relacionada com outras ocorrências) já se dá no contexto das práticas de uma comunidade verbal (nesse caso, científica). E qualificar eventos como públicos ou privados é uma forma de comportar-se verbalmente diante dos mesmos (cf. Tourinho, 2007).

Tourinho (1997, 2006a) aponta que, ao utilizar o conceito de eventos privados, o analista do comportamento não postula uma natureza interna para os fenômenos emocionais ou cognitivos. No lugar disso, ele tem como foco relações comportamentais, sobre as quais não faz sentido indagar por uma localização, ou por um recipiente que as contenha.

Os autores que acompanham a proposição skinneriana de que a única diferença entre eventos públicos e eventos privados é a acessibilidade restrita dos últimos consideram coerente o conceito de eventos privados com o sistema explicativo da Análise do Comportamento (e.g., Moore, 2001; Schnaitter, 1978). Para eles, o reconhecimento de que há variações na acessibilidade dos eventos não constitui motivo para postular princípios novos.

Em outra direção, autores como Stemmer (1992, 2003), Lamal (1998), McDonough e Layng (em Palmer et al., 2004) argumentam que o conceito de eventos privados é incoerente com o sistema explicativo analítico-comportamental. Basicamente, esses autores entendem que o conceito remete ao que ocorre sob a pele, ao passo que consideram que o mentalismo só será evitado se se presumir que nada ocorre no interior do corpo, além de eventos fisiológicos. Assim, o conceito de eventos privados seria desnecessário ao analista do comportamento, pois na melhor das hipóteses remeteria ao objeto da fisiologia. Para além disso, segundo Stemmer (2003), o interesse por eventos privados é perigoso, por pressupor a existência de fenômenos sobre os quais não há evidência empírica suficiente. Lamal (1985, 1998) e Stemmer (2003), nessa linha, reiteram que não há uma definição clara de que fenômenos seriam abordados com o conceito de eventos privados.

Stemmer (2003) e Lamal (1985) salientam que, se o conceito de eventos privados é usado na referência a eventos fisiológicos, temos um problema adicional: o conceito remeteria a fenômenos que não são passíveis de controle. Assim, haveria pouco ou nenhum ganho em estudar eventos que não dariam ao cientista um maior poder preditivo e tecnológico.

Para os autores que recusam o uso do conceito de eventos privados para lidar com a subjetividade, não haveria como articular o conceito com o sistema explicativo que se propõe relacional. Para eles (e.g., Rachlin, 2003), falar em eventos privados constitui um retrocesso para a Análise do Comportamento.

O CONCEITO DE EVENTOS PRIVADOS E OS MÉTODOS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO.

O método experimental é considerado o método por excelência da Análise do Comportamento, por ser aquele consagrado pelas ciências naturais e também o mais adequado à investigação de relações funcionais entre eventos (e.g., Gongorra & Abib, 2001; Wilson & Hayes, 2000). Contudo, esse método requer a observação e manipulação de variáveis. Torna-se, então, um desafio para o analista do comportamento compatibilizar sua adesão ao método experimental com uma abordagem para fenômenos subjetivos (com o conceito de eventos privados) que remete à inacessibilidade dos termos que participam desses fenômenos.

Alguns autores (e.g., Lamal, 1998) enfatizam a incompatibilidade entre inobservabilidade de eventos e o uso do método experimental. Note-se, porém, que há, na literatura da Análise do Comportamento, relatos de investigações experimentais em que são focalizadas relações das quais participam eventos (estímulos ou respostas) privados (e.g., Cohen & Blair, 1998; DeGrandpre, Bickel, & Higgins, 1992; Garcia-Serpa, Meyer, & Del Prette, 2003; Moróz et al., 2005; Simonassi et al., 2001; Taylor & O'Reilly, 1997). Há, ainda, outros trabalhos que discutem a possibilidade ou alcance de tais estudos (e.g., Branch, 2006; Critchfield & Epting, 1998; Kirby & Bickel, 1995; Place, 1993).

Alguns autores que estudam variáveis inacessíveis à observação pública direta por meio do método experimental utilizam metodologias que induzem determinadas condições anátomo-fisiológicas a partir da administração de drogas (e.g., DeGrandpre et al., 1992; Lubinsky & Thompson, 1987). Outra possibilidade de estudo experimental de eventos privados é desenvolvida por autores que estudam respostas encobertas ao planejarem contingências que as tornam públicas (e.g., Moróz et al., 2005; Simonassi et al., 2001). Nessas metodologias, os autores lançam mão do conceito de eventos privados para dar conta de uma ocorrência que não pode ser observada, mas que teria relação com aquilo que é diretamente observado.

A alegação de que a Análise do Comportamento não pode estudar eventos privados (cf. Lamal, 1998; Rachlin, 2003; Stemmer, 2003) ignora também o fato de que outro método é proposto também por Skinner (e.g., 1945) para a Análise do Comportamento: a interpretação. Segundo Skinner, a interpretação pode ser utilizada na abordagem de fenômenos dos quais participam eventos que não são passíveis de observação pública, desde que se apóie em conceitos bem estabelecidos por meio da pesquisa básica (experimental). Isso preserva a coerência das descrições dos fenômenos, mesmo que uma evidência empírica, ou operação experimental não possa ser oferecida (Palmer et. al., 2004). Entretanto, nem todos os analistas do comportamento aceitam a interpretação como um método. Alguns críticos (e.g., Layng, em Palmer et al., 2004) argumentam que não há lugar para interpretações em uma ciência natural, uma vez que os dados produzidos por esse meio não são comparáveis aos obtidos a partir de procedimentos experimentais. Palmer (em Palmer et. al., 2004), em contrapartida, defende que a ciência como um todo é construída principalmente a partir de interpretação, sendo alguns temas passíveis de experimentação (em alguns casos, como na astronomia, nem esse pouco de experimentação existe).

Cumpra ainda observar que fazem uso da interpretação como método diversos trabalhos conceituais sobre cognições e emoções na Análise do Comportamento, com o uso do conceito de eventos privados (e.g., Darwich & Tourinho, 2005; Dougher & Hackbert, 2000; Gongorra & Abib, 2001; Kennedy & Souza, 1995; Wilson & Hayes, 2000). Neste ponto, porém, deve-se destacar que estes trabalhos empregam o conceito de cognição para remeter ao leitor não a processos ou conteúdos mentais, mas a relações comportamentais verbais ordinariamente pertinentes ao tema do conhecimento.

Concluindo, finalmente, esta seção, se não há consenso quanto à coerência do conceito de eventos privados com o sistema explicativo analítico-comportamental, os argumentos relativos ao método não se mostram suficientes para sustentar a posição crítica da validade do conceito. A falta do consenso parece ter como fundamento maior o exame insuficiente das funções do conceito de eventos privados e seu uso sob controle de aspectos muito diversos dos fenômenos comportamentais.

Funções do Conceito de Eventos Privados

Um conceito científico deve ter como função primária promover a interação efetiva com uma parcela da realidade, o que por vezes se traduz em previsão e controle. É sob essa ótica que faz sentido indagar se o conceito de eventos privados é instrumental para o analista do comportamento. Quanto a isso, três questões merecem ser apreciadas: primeiro, se um universo maior de fenômenos passa a ser explicado pela Análise do Comportamento, a partir da introdução do conceito de eventos privados; segundo, se o conceito conduz à consideração de eventos relevantes então ignorados, com isso aumentando as

chances de previsão e controle; e, terceiro, se é possível ilustrar a potencial instrumentalidade do conceito.

O ALCANCE DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO COM A INTRODUÇÃO DO CONCEITO DE EVENTOS PRIVADOS

Fenômenos relacionados à subjetividade têm sido relativamente negligenciados na Análise do Comportamento, como apontam Anderson, Hawkins, Freeman e Scotti (2000), Dougher e Hakbert (2000), Kirby e Bickel (1995), Moróz et al. (2005) e Tourinho (2006b). A opção de ignorar tais fenômenos implica deixar de abordar uma série de problemas que são usualmente colocados à Psicologia (cf. Friman & et al., 1998), dando origem a uma lacuna na literatura com respeito ao tratamento analítico-comportamental de emoções, sentimentos, intenções, desejos e outros fenômenos tradicionalmente considerados como subjetivos (cf. Anderson & et al., 1997) e dificultando o diálogo interdisciplinar. A recusa de alguns em lidar com estas questões também inibiu por bastante tempo o desenvolvimento de modalidades de intervenção (como a terapia verbal face a face, com adultos verbalmente competentes) e dificultou a aceitação de intervenções analítico-comportamentais em diferentes contextos de atuação profissional do psicólogo (cf. Cavalcante, 1999, Hayes, 2004, Moore, 2000).

Oferecer uma abordagem para as questões relativas à subjetividade é importante em uma sociedade marcada pelo individualismo internalista. Auto-relatos de sentimentos, desejos, intenções, emoções e outros fenômenos são freqüentes nessas sociedades e desempenham uma função na interação cotidiana dos indivíduos uns com os outros. Como apontam alguns autores (e.g., Brigham, 1980; Moore, 2001; Morris, 1985), do ponto de vista de quem emite respostas verbais relativas a fenômenos subjetivos, emoções e cognições são parte da experiência cotidiana, muitas vezes servindo para o leigo como causas do comportamento. Como os conceitos que se reportam a esses eventos não são termos técnicos, a apropriação desses termos por cientistas tem sido no mínimo complicada e muitas vezes inconciliável com um discurso científico (cf. Friman & et al., 1998).

O conceito de eventos privados pode ser utilizado pelo analista do comportamento para explicar uma série de fenômenos que, na linguagem cotidiana, são tratados como relacionados à subjetividade (cf. Anderson & et al., 1997; Moore, 2001; Skinner, 1945, 1953/1965; 1974/1976). O conceito de eventos privados permite ao analista do comportamento explicar como determinadas ocorrências ou dimensões de ocorrências fisiológicas vêm a participar de relações, isto é, adquirem função de estímulos (configuram-se como “eventos” no contexto de relações), e como determinadas respostas podem ser emitidas de forma encoberta. Com isso, pode-se oferecer um discurso que confere inteligibilidade a um conjunto mais abrangente de fenômenos comportamentais (cf. Tourinho, 2004; Tourinho, 2009; Tourinho, Texeira & Maciel, 2000).

Ao emitir a resposta verbal “eventos privados”, o analista do comportamento não está necessariamente legitimando o internalismo. A Análise do Comportamento promove uma crítica do discurso encontrado na psicologia tradicional, indicando como o indivíduo adquire respostas autodescritivas e aprende a comportar-se de determinadas maneiras ao reportar emoções, por exemplo. Como aponta Tourinho (1997), Skinner “busca mais propriamente discutir de maneira crítica os princípios subjetivistas, apontando seus equívocos ou inconsistências, do que oferecer uma nova teoria da subjetividade” (p. 203).

Alguns autores têm defendido que o conceito de eventos privados ajudaria o cientista a dar conta do comportamento complexo (cf. Dougher & Hackbert, 2000; Tourinho, 2006b). O modelo selecionista aponta que o comportamento é fruto de processos repetidos de variação e seleção, nos níveis filogenético, ontogenético e cultural (Skinner, 1981/1988). Segundo Tourinho (2006b), no caso de fenômenos subjetivos frequentemente estaremos nos referindo a fenômenos que são resultado de repetidos processos de variação e seleção nos três níveis, formando relações ou redes de relações comportamentais que podem possuir alguns elementos inacessíveis à observação pública direta; com o conceito de eventos privados, o analista do comportamento pode explicar esses processos de interação mais complexos, organizando conceitualmente o fenômeno estudado e, assim, prever e controlar o comportamento de forma mais eficaz.

O conceito de eventos privados tem sido utilizado pelos analistas do comportamento ao abordarem fenômenos como: intenções (e.g., Day, 1976/1992); consciência (e.g., Simonassi, 1999), pensamento (e.g., Moore, 2000), comportamentos ou respostas precorrentes e resolução de problemas (e.g., Moróz et al., 2005; Simonassi et al., 2001), auto-relatos (e.g., Friman & et al., 1998; Gongorra & Abib, 2001; Tourinho, 1997), e sentimentos e emoções (e.g., Banaco, 1999; Darwich & Tourinho, 2005; Friman & et al., 1998). Esses fenômenos poderiam ser vistos como relações comportamentais das quais podem (ou não) participar eventos inacessíveis à observação pública direta, isto é, estímulos privados ou respostas encobertas. Ao examiná-los, a Análise do Comportamento cria condições para um diálogo maior com outras áreas da cultura, a interessadas nos fenômenos subjetivos (por razões que merecem um exame crítico, certamente).

O CONCEITO DE EVENTOS PRIVADOS E A IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS COMPORTAMENTAIS RELEVANTES PARA A PREVISÃO E CONTROLE

Dittrich (2004) aponta que leis científicas (e podemos acrescentar que, também, os conceitos científicos) governam a ação de pessoas em interação com contingências de reforço: “A obtenção de leis científicas verdadeiras é reforçada porque leva a comportamentos que são reforçados” (p. 110). Um conceito é válido quando possibilita ao cientista interagir com seu objeto de estudo com alta probabilidade de ser reforçado. No

caso do conceito de eventos privados, esse objeto seriam os fenômenos relacionados à subjetividade.

Para alguns analistas do comportamento (e.g., Darwich & Tourinho, 2005; DeGrandpre & et al., 1992; Friman & et al., 1998; Moore, 2001; Schnaitter, 1978, 1987; Tourinho, 2006b), o conceito de eventos privados dirige a atenção para eventos que podem fazer parte de relações comportamentais. Nesse caso, estímulos privados podem ser compreendidos como variáveis independentes e respostas encobertas podem ser analisadas como variáveis dependentes. Nessa direção, diversos experimentos (e.g., Cohen & Blair, 1998; DeGrandpre & et al., 1992; Kennedy & Souza, 1995; Taylor & O'Reilly, 1997) e interpretações analítico-comportamentais (e.g., Palmer, 2004; Wilson & Hayes, 2000) têm referido fenômenos dos quais participam eventos que não podem ser observados publicamente de forma direta. É fundamental observar que para esta perspectiva de análise o conceito de eventos privados remete a *estímulos e respostas*; remete, portanto, não a ocorrências específicas do organismo, mas a *funções* que tais ocorrências podem assumir *no contexto de relações comportamentais*. Essa perspectiva, porém, também não é consensual na Análise do Comportamento.

Rachlin (2003), por exemplo, faz críticas ao uso do conceito de eventos privados para explicar o comportamento. Assim como Stemmer (2003) e Lamal (1998), Rachlin relaciona o conceito de eventos privados a eventos fisiológicos. De acordo com Rachlin, ao aceitar os fenômenos internos como relevantes para a análise funcional do comportamento, o pesquisador estaria deixando de voltar-se para o ambiente, onde estariam as contingências determinantes das respostas do organismo. Nesse caso, a Análise do Comportamento incorreria no mesmo erro das psicologias introspeccionistas. Desse ponto de vista, o conceito de eventos privados representaria um retorno ao internalismo (Rachlin; ver também Lamal, 1998; Stemmer, 1992, 2003). Mesmo que o analista do comportamento evite a noção do homem autônomo e livre, que foi repetidamente combatida por Skinner (e.g., 1953/1965; 1974/2002), ainda existiria o perigo de o cientista interromper sua análise em fatores internos, em vez de buscar as variáveis de controle ambientais. A fragilidade dessa crítica está na identificação da noção de evento privado com ocorrências organizmáticas, não com funções (de estímulo e de resposta) de ocorrências-eventos em relações comportamentais.

A POTENCIAL INSTRUMENTALIDADE DO CONCEITO DE EVENTOS PRIVADOS: EVIDÊNCIAS OU ARGUMENTOS DO CONTEXTO DE INTERVENÇÃO CLÍNICA

A relevância do conceito de eventos privados tem sido defendida principalmente por autores que atuam na clínica analítico-comportamental. Para autores como Guilhardi (2004), Kohlenberg e Tsai (1991/2001) e Wilson, Hayes, Gregg e Zettle (2001), o conceito de

eventos privados seria importante para tornar possível a análise dos fenômenos que são chamados na linguagem cotidiana de sentimentos, emoções e cognições. É importante destacar, porém, o que esses autores oferecem como evidência daquela relevância.

As práticas terapêuticas baseadas na Análise do Comportamento têm sido pouco disseminadas ou aceitas, em parte por limitações do que os analistas do comportamento têm oferecido (Anderson et al., 1997; Hayes, 2004; Kohlenberg, Tsai, & Dougher, 1993). A mudança nesse panorama começou a ocorrer na década de 1980 e ganhou força após a década de 1990 (Cavalcante, 1999; Dougher, 1993; Kohlenberg et al., 1993). As propostas clínicas surgidas nesse período distinguem-se das anteriores ao incorporarem o conceito de eventos privados e discutirem os fenômenos relativos à subjetividade.

Na proposta clínica tanto da *Psicoterapia Analítico-Funcional* (FAP - Kohlenberg & Tsai, 1991/2001) quanto da *Terapia por Contingências de Reforçamento* (Guilhardi, 2004), o conceito de eventos privados é usado na referência a ocorrências sob a pele que possuem a função de estímulos discriminativos para verbalizações relativas a emoções. Tais verbalizações oferecem ao terapeuta pistas sobre as contingências às quais o sujeito teria sido exposto, mas torna-se necessário entender os processos por meio dos quais ficam (parcialmente) sob controle de eventos anátomo-fisiológicos. Ao contribuir para a compreensão desses processos, o conceito de eventos privados garantiria uma efetividade de maior da atuação do terapeuta.

Banaco (1999), ainda que não esteja discutindo nenhuma das duas propostas clínicas apontadas (FAP ou Terapia por Contingências de Reforçamento), segue pela mesma linha apontando que perguntar ao cliente sobre sentimentos e emoções não é um fim para a terapia, mas um meio pelo qual o clínico pode acessar e descrever as variáveis ambientais que controlam tanto a resposta-alvo da intervenção, quanto os próprios eventos privados. Para Banaco (1999), além de fornecer uma série de informações valiosas a respeito das contingências em vigor, perguntas acerca do estado subjetivo do cliente trazem grandes ganhos em termos qualitativos para a relação terapêutica. Ainda que esses ganhos sejam discutíveis, não parece ser desprezível o fato de que as verbalizações sobre sentimentos e emoções podem chamar a atenção do terapeuta para variáveis potencialmente relevantes no ambiente do cliente.

Outra proposta clínica na Análise do Comportamento que merece destaque é a *Terapia de Aceitação e Compromisso*, ou ACT (do inglês *Acceptance and Commitment Therapy*). A ACT é descrita como uma técnica possível de intervenção na terapia verbal, consistente com os princípios analítico-comportamentais (Cavalcante, 1999; Hayes, 2004; Hayes, Strosahl, & Wilson, 1999; Hayes & Wilson, 1994). Os autores argumentam que eventos que são abordados como eventos privados podem fazer parte de redes de relações, alterando a (e sendo alterados pela) função de outros estímulos relacionados, em especial estímulos verbais (cf. Friman et al., 1998; Wilson & Hayes, 2000).

Ao desenvolver a idéia de Skinner (1974/1976) de que a capacidade de descrever o próprio “mundo interno” é mediada pela cultura em que o sujeito está inserido, Wilson e Hayes (2000) apontam a importância dos processos verbais para a previsão e controle do comportamento. Na ACT, os processos verbais são essenciais para a compreensão das respostas-problema. O terapeuta reconhece que o leigo atribui a justificação de seus comportamentos a fenômenos tais como pensamentos, emoções e sentimentos. Assim, uma pessoa pode decidir não sair de casa porque está depressiva, ou não falar com alguém por estar com raiva dela. O papel da ACT seria romper estas relações que são estabelecidas verbalmente (cf. Anderson et al., 1997; Hayes, 2004).

A proposta da ACT, portanto, seria alterar as relações de controle entre respostas verbais, comportamento aberto e sentimentos e emoções. Através de uma série de técnicas (e.g., Hayes & Wilson, 1994; Hayes et al., 1999), o terapeuta procuraria fazer com que o cliente percebesse que ele pode “estar deprimido” e sair de casa; ele pode “estar furioso” com alguém e ainda assim falar com essa pessoa. Alterando as relações entre sentimentos, pensamentos e comportamentos abertos, o cliente pode permitir-se experimentar situações novas e entrar em contato com novas contingências, possivelmente tendo suas respostas reforçadas por novos eventos que não faziam parte de seu ambiente até então.

A ACT, assim como outras propostas clínicas mais recentes baseadas na Análise do Comportamento, entende o conceito de eventos privados como uma ferramenta explicativa importante para lidar com emoções, sentimentos, pensamentos e outros fenômenos relativos à subjetividade. Embora dê grande importância à análise desses fenômenos para o tratamento de respostas-problema, ela mantém a consistência com o sistema explicativo analítico-comportamental, não atribuindo a sentimentos e emoções um status de causas do comportamento. Mas, diferente da FAP e da Terapia por Contingências de Reforçamento, a ACT considera que intervir nas relações estabelecidas entre eventos privados e públicos é o objetivo principal para o sucesso da terapia.

DIFERENTES USOS DO CONCEITO DE EVENTOS PRIVADOS

Uma razão para a inexistência de consenso sobre a coerência e instrumentalidade do conceito de eventos privados encontra-se no fato, apontado por Tourinho (2006b, 2007), de que freqüentemente na literatura analítico-comportamental o termo *eventos privados* é utilizado sob controle de fenômenos distintos com variados graus de complexidade. Segundo Tourinho (2006b),

O uso do conceito de eventos privados na literatura analítico-comportamental mostra que pelo menos três classes de eventos são relevantes: (a) condições fisiológicas, (b) estímulos e respostas como componentes de relações comportamentais, (c) relações comportamentais. De acordo com que classe é referida, certos argumentos sobre privaci-

dade podem ou não ser válidos. *Dificuldades conceituais e desacordos podem surgir do fato de que algumas asserções são feitas sobre a privacidade de um modo geral, ainda que elas se apliquem a apenas uma instância de eventos mencionados.* (p. 22-23, itálicos acrescentados)

Grande parte das polêmicas encontradas na literatura referida nos parágrafos anteriores parece ter como fundamento diferentes usos do conceito de eventos privados. Autores como Stemmer (1992, 2003) e Lamal (1998), ao usarem o conceito para referir ocorrências fisiológicas, o tomam por incoerente com o sistema explicativo analítico-comportamental, na medida em que desviam a atenção para objetos de outras ciências. Tal uso seria inconsistente com um uso pragmatista do conceito de eventos privados, na medida em que assume a existência de um fenômeno essencial (a condição anatomo-fisiológica) que seria o “evento privado” (Para uma discussão mais aprofundada sobre a relação entre privacidade e fisiologia, ver Tourinho, 2004; Tourinho, Texeira, & Maciel, 2000).

Simonassi et al. (2001) e DeGrandpre et al. (1994) empregam o conceito de eventos privados na abordagem de relações comportamentais, para referir estímulos ou respostas inacessíveis à observação pública direta. Nesses casos, o uso do conceito é relevante para explicar processos de comportamentais, tal como a aquisição de funções de estímulo por determinados eventos. É importante perceber que, nesse uso do conceito de eventos privados, o olhar do cientista está voltado para as funções de estímulo, e não para variáveis fisiológicas específicas. A compreensão de eventos privados como funções de estímulos inacessíveis à observação pública é uma abordagem coerente com uma visão pragmatista do conceito de eventos privados.

Outra possibilidade é utilizar o conceito de eventos privados sob controle de relações mais complexas, como se encontra em Friman et al. (1998), e em Vandenberghe (2004), textos em que o conceito de eventos privados aparece como sinônimo de emoções, sentimentos e cognições. Nesses casos, o conceito não remete a eventos específicos, mas a fenômenos complexos que podem envolver até várias relações comportamentais entrelaçadas. Por exemplo, ao descrever-me como ansioso em situações sociais, posso estar sob controle de uma série de respostas como falar demais, esquivar-me de reuniões e eventos, suar bastante, e ainda falar que sou inadequado em situações como essa. Alguns dessas respostas são passíveis de observação pública, outras não (posso, por exemplo, apenas pensar que sou inadequado). Nesse caso, o conceito de evento privado engloba relações em que alguns termos podem ser circunstancialmente inacessíveis à observação pública (para um tratamento mais aprofundado sobre esse termo, ver Tourinho, 2006b, 2009).

Em grande medida, a ausência de uma visão consensual acerca da coerência e da instrumentalidade do conceito de eventos privados com o sistema explicativo analítico-comportamental resulta de diferenças quanto ao seu uso por autores da Análise do

Comportamento (isto é, diferenças quanto ao controle de estímulo da resposta verbal “eventos privados”). Talvez devêssemos, então, reconhecer que há, na literatura analítico-comportamental, diversos conceitos com a topografia verbal “eventos privados”, alguns coerentes e instrumentais, ao passo que outros certamente se mostram incoerentes e de valor instrumental duvidoso. Por uma questão de clareza, preferimos trabalhar ao longo deste artigo com a referência a um conceito de “eventos privados”, indicando que essa topografia nem sempre está sob controle das condições apropriadas (segundo o critério de observar o recorte relacional e funcional da Análise do Comportamento). Quando o controle de estímulos não é consistente, o consenso torna-se inalcançável e o confronto de idéias pouco produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das análises aqui desenvolvidas, é possível afirmar que o conceito de eventos privados é instrumental e coerente com o sistema explicativo analítico-comportamental, mas desde que essa resposta verbal seja emitida no contexto de uma compreensão relacional e funcional dos fenômenos comportamentais. Basicamente, o conceito ajuda na expansão dos horizontes investigativos e de intervenção da Análise do Comportamento na direção de fenômenos tradicionalmente referidos como subjetivos. Isso não significa dizer que os usos do conceito pairam acima de um debate crítico sobre os horizontes do sistema analítico-comportamental. A relevância e adequação dos usos do conceito continuam merecendo um exame cuidadoso. Mas um avanço quanto a isso depende também de certa clareza quanto às funções e controle da resposta verbal “eventos privados”, sob pena de as controvérsias persistirem e não promoverem avanços.

Também é importante destacar que um conceito que remete à inobservabilidade de eventos só tem valor para a Análise do Comportamento porque a observabilidade pública é rejeitada como critério de verdade nesta disciplina, em favor da instrumentalidade e da coerência (cf. Tourinho & Neno, 2003). Mais do que diferenciar a Análise do Comportamento de outros sistemas behavioristas (cf. Baum, 2005; Carrara, 2005; Matos, 2001; Moore, 2001; Tourinho, 1999), essa perspectiva abre horizontes para uma abordagem original dos fenômenos psicológicos.

Por último, convém ressaltar, mais uma vez, que a maior concordância sobre o valor do conceito de eventos privados é encontrada entre analistas do comportamento com atuação clínica (e.g., Banaco, 1999; Hayes & Wilson, 1994), por uma razão que não deveria ser ignorada: há contextos em que respostas verbais sobre cognições e emoções têm funções cruciais para a vida do indivíduo e encontram-se parcialmente sob controle de eventos aos quais o pesquisador ou profissional não tem acesso direto.

REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (1999). Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15, 237-247.
- Abib, J. A. D. (2001). Behaviorismo radical como pragmatismo na epistemologia. In H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, & M. C. Scoz (Eds.). *Sobre comportamento e cognição: Expondo a variabilidade* (Vol. 8, pp. 158-161). Santo André, SP: ESETEC.
- Anderson, C. M., Hawkins, R. P., Freeman, K. A., & Scotti, J. R. (2000). Private events: Do they belong in a science of human behavior? *The Behavior Analyst*, 23, 1-10.
- Anderson, C. M., Hawkins, R. P., & Scotti, J. R. (1997). Private events in behavior analysis: Conceptual basis and clinical relevance. *Behavior Therapy*, 28, 157-179.
- Banaco, R. A. (1999). O acesso a eventos privados na prática clínica: Um fim ou um meio? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1, 135-142.
- Baum, W. M. (2005). *Understanding behaviorism: Behavior, culture and evolution* (2a. ed.). Oxford: Blackwell Publishing.
- Branch, M. N. (2006). How research in behavioral pharmacology informs behavioral science. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 85, 407-423.
- Brigham, T. A. (1980). Self-control revisited: Or why doesn't anyone actually read Skinner anymore? *The Behavior Analyst*, 3, 25-33.
- Calkin, A. B. (2002). Inner behavior: Empirical investigations of private events. *The Behavior Analyst*, 25, 255-259.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. São Paulo: Editora UNESP.
- Cavalcante, S. N. (1999). *Análise funcional na terapia comportamental: uma discussão das recomendações do behaviorismo contextualista*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.
- Cohen, D. J., & Blair, C. (1998). Mental rotation and temporal contingencies. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 70, 203-214.
- Critchfield, T. S., & Epting, L. K. (1998). The trouble with babies and the value of bathwater: Complexities in the use of verbal reports as data. *The Analysis of Verbal Behavior*, 15, 65-74.
- Darwich, R. A., & Tourinho, E. Z. (2005). Respostas emocionais à luz do modo causal de seleção por consequências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7, 107-118.
- Day, W. F. (1992). Analyzing verbal behavior under the control of private events. In S. Leigland (Ed.). *Radical behaviorism: Willard Day on Psychology and Philosophy*. (pp. 171-175). Reno, Nevada: Context Press. Publicado originalmente em 1976.
- DeGrandpre, R. J. Bickel, W. K., & Higgins, S. T. (1992). Emergent equivalence relations between interoceptive (drug) and exteroceptive (visual) stimuli. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 58, 9-18.
- Deitz, S. M., & Arrington, R. L. (1984). Wittgenstein's language-games and the call to cognition. *Behaviorism*, 12(2), 1-14.
- Dittrich, A. (2004). *Behaviorismo radical, ética e política: Aspectos teóricos do compromisso social*. Tese de doutorado, Programa de Doutorado em Filosofia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.
- Dougher, M. J. (1993). Introduction. *The Behavior Analyst*, 16, 269-270.
- Dougher, M. J., & Hackbert, L. (2000). Establishing operations, cognition, and emotion. *The Behavior Analyst*, 23, 11-24.

- Friman, P. C., Hayes, S. C., & Wilson, K. G. (1998). Why behavior analysts should study emotion: The example of anxiety. *Journal of Applied Behavior Analysis, 31*, 137-156.
- Garcia-Serpa, F. A., Meyer, S. B., & Del Prette, Z. A. P. (2003). Origem social do relato de sentimentos: Evidência empírica indireta. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 5*, 21-29.
- Gongorra, M. A. N., & Abib, J. A. D. (2001). Questões referentes à causalidade e eventos privados no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 3*, 9-24.
- Guilhardi, H. J. (2004). Terapia por contingências de reforçamento. In C. N. de Abreu, & H. J. Guilhardi (Eds.). *Terapia comportamental e cognitivo comportamental: Práticas clínicas* (pp. 3-30). São Paulo: Roca.
- Hayes, S. C. (2004). Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. *Behavior Theory, 25*, 639-665.
- Hayes, S. C., Strosahl, K. D., & Wilson, K. G. (1999). *Acceptance and commitment therapy: An experiential approach to behavior change*. New York: The Guildford Press.
- Hayes, S. C., & Wilson, K. G. (1994). Acceptance and commitment therapy: Altering the verbal support for experiential avoidance. *The Behavior Analyst, 17*, 289-303.
- James, W. (1987a). Pragmatism: A new way of some old ways of thinking. In B. Kuklick (Ed.). *William James: Writings 1902-1910* (pp. 479-624). New York: The Library of America. Publicado originalmente em 1907.
- James, W. (1987b). The meaning of truth. In B. Kuklick (Ed.). *William James: Writings 1902-1910* (pp. 821-978). New York: The Library of America. Publicado originalmente em 1909.
- Kennedy, C. H., & Souza, G. (1995). Functional analysis and treatment of eye poking. *Journal of Applied Behavior Analysis, 28*, 27-37.
- Kirby, K. C., & Bickel, W. K. (1995). Implications of behavioral pharmacology research for applied behavior analyses: JEAB's special issue celebrating the contributions of Joseph V. Brady (March 1994). *Journal of Applied Behavior Analysis, 28*, 105-112.
- Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (2001). *Psicoterapia analítica funcional*. Santo André, SP: ESETec. Publicado originalmente em 1991.
- Kohlenberg, R. J., Tsai, M., & Dougher, M. J. (1993). The dimensions of clinical behavior analysis. *The Behavior Analyst, 16*, 271-282.
- Lamal, P. A. (1983). A congenit critique of epistemology leaves radical behaviorism unscathed. *Behaviorism, 11*, 103-109.
- Lamal, P. A. (1985). A Response to a call to cognition: Comments on Deitz and Arrington. *Behaviorism, 13*, 147-149.
- Lamal, P. A. (1998). Advancing backwards. *Journal of Applied Behavior Analysis, 31*, 705-706.
- Leigland, S. (1999). Pragmatism, science, and society: A review of Richard Rorty's Objectivity, Relativism, and Truth: Philosophical Papers, Volume 1. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 71*, 483-500.
- Leigland, S. (2003). Private events and the language of the mental: Comments on Moore. *Behavior and Philosophy, 31*, 159-164.
- Leigland, S. (2004). Pragmatism and radical behaviorism: Comments on Malone (2001). *Behavior and Philosophy, 32*, 305-312.
- Lubinski, D., & Thompson, T. (1987). An animal model of the interpersonal communication of interoceptive (private) states. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 48*, 1-15.
- Matos, M. A. (2001). O behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e o behaviorismo radical. In R. A. Banaco (Org.). *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos*

- e de formação em Análise do Comportamento e terapia cognitivista.* (pp. 57-69). Santo André: ESE-Tec.
- Moore, J. (1975). On the principle of operationism in a science of behavior. *Behaviorism*, 3(2), 120-138.
- Moore, J. (1980). On behaviorism and private events. *The Psychological Record*, 30, 459-475.
- Moore, J. (2000). Thinking about thinking and feeling about feeling. *The Behavior Analyst*, 23, 45-56.
- Moore, J. (2001). On psychological terms that appeal to the mental. *Behavior and Philosophy*, 29, 167-186.
- Moróz, M., Rubano, D. R., Lopes, A. L., Marutto, A. A., Lucci, M. A., Utida, H. H., & Bocchi, K. B. (2005). Verbalizações e o estudo de eventos encobertos: Discussão metodológica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7, 179-195.
- Morris, E. K. (1985). "Wittgenstein's language-games and the call to cognition": Comments on Deitz and Arrington. *Behaviorism*, 13(2), 137-146.
- Palmer, D. C. (2004). Data in search of a principle: A review of relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 81, 189-204.
- Palmer, D., Eshleman, J., Brandon, P., Layng, T. V. J., McDonough, C., Michael, J., Schoneberger, T., Stemmer, N., Weitzman, R., & Normand, M. (2004). Dialogue on private events. *The Analysis of Verbal Behavior*, 20, 111-128.
- Place, U. T. (1993). A radical behaviorist methodology for the empirical investigation of private events. *Behavior and Philosophy*, 20/21, 25-35.
- Rachlin, H. (2003). Privacy. In K. A. Lattal, & P. N. Chase (Eds.). *Behavior theory and philosophy*. (pp. 187-201). New York: Kluwer Academic/Plenum publishers.
- Rorty, R. (1997). A ciência natural é um gênero natural? In R. Rorty. (Ed.). *Objetivismo, relativismo e verdade* (pp. 69-90). Rio de Janeiro: Relume-Dumará. Publicado originalmente em 1988.
- Rorty, R. (2005). Introdução. In R. Rorty. (Ed.). *Verdade e progresso* (p. vii-xxv). Barueri, SP: Manole. Publicado originalmente em 1998.
- Schnaitter, R. (1978). Private causes. *Behaviorism*, 6(1), 1-12.
- Schnaitter, R. (1987). Behaviorism is not cognitive and cognitivism is not behavioral. *Behaviorism*, 15, 1-11.
- Simonassi, L. E. (1999). Cognição: Contato com contingências e regras. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1, 83-93.
- Simonassi, L. E., Tourinho, E. Z., & Silva, A. V. (2001). Comportamento privado: Acessibilidade e relação com comportamento público. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 133-142.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270-277/291-294.
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. New York: The Free Press. Publicado originalmente em 1953.
- Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. New York: Vintage Books. Publicado originalmente em 1974.
- Skinner, B. F. (1988). Selection by consequences. In A. C. Catania, & S. Harnad (Eds.). *The selection of behavior: The operant behaviorism of B.F. Skinner: Comments and consequences*. New York: Cambridge University Press. Publicado originalmente em 1981.
- Stemmer, N. (1992). Skinner and a Solution to the Problem of Inner Events. *The Behavior Analyst*, 15, 115-128.
- Stemmer, N. (2003). Covert behavior and mental terms: A reply to Moore. *Behavior and Philosophy*, 31, 165-171.

- Taylor, I., & O'Reilly, M. F. (1997). Toward a functional analysis of private verbal self-regulation. *Journal of Applied Behavior Analysis, 30*, 43-58.
- Tourinho, E. Z. (1994). *Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo: Uma discussão epistemológica do pensamento de B. F. Skinner*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Tourinho, E. Z. (1996). Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo. *Temas em Psicologia, 2*, 41-56.
- Tourinho, E. Z. (1997). Evento privado: Função e limites do conceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 13*, 203-209.
- Tourinho, E. Z. (1999). Eventos privados: O que, como e por que estudar. In R. R. Kerbauy, & R. C. Wienska (Eds.). *Sobre comportamento e cognição: Psicologia comportamental e cognitiva: Da reflexão teórica à diversidade na aplicação*. (pp. 13-25). Santo André, SP: ESETec.
- Tourinho, E. Z. (2004). Behaviorism, interbehaviorism and the boundaries of a science of behavior. *European Journal of Behavior Analysis, 5*, 15-27.
- Tourinho, E. Z. (2006a). Mundo interno e autocontrole. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento, 2*, 21-36.
- Tourinho, E. Z. (2006b). Private stimuli, covert responses, and private events: Conceptual remarks. *The Behavior Analyst, 29*, 13-31.
- Tourinho, E. Z. (2007). Conceitos científicos e “eventos privados” como resposta verbal. *Interação em Psicologia, 11*, 1-9.
- Tourinho, E. Z. (2009). *Subjetividade e relações comportamentais*. São Paulo: Paradigma.
- Tourinho, E. Z., & Neno, S. (2003). Effectiveness as truth criterion in behavior analysis. *Behavior and Philosophy, 31*, 63-81.
- Tourinho, E. Z., Teixeira, E. R., & Maciel, J. M. (2000). Fronteiras entre Análise do Comportamento e fisiologia: Skinner e a temática dos eventos privados. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 2000, 13*, 425-434.
- Vandenberghe, L. (2004). Relatar emoções transforma emoções relatadas? Um questionamento do paradigma de Pennebaker com implicações para a prevenção de transtorno de estresse pós-traumático. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 6*, 39-48.
- Wilson, K. G., Hayes, S. C., Gregg, J., & Zettle, R. D. (2001). Psychopathology and psychotherapy. In S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (Eds.). *Relational frame theory: A post-skinnerian account of human language and cognition*. (pp. 211-237). New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers.
- Wilson, K. G., & Hayes, S. C. (2000). Why it is crucial to understand thinking and feeling: An analysis and application to drug abuse. *The Behavior Analyst, 23*, 25-43.

RESUMO

A Análise do Comportamento distingue-se de outras modalidades de behaviorismo por seu tratamento original para a subjetividade, aí incluído o uso do conceito de eventos privados. Uma vez que a Análise do Comportamento tem sido associada ao pragmatismo, por seus critérios de validação dos conceitos e proposições científicos, este trabalho discute a cientificidade do conceito de eventos privados à luz daqueles critérios. Tomando como referência proposições de James e Rorty sobre a relação entre instrumentalidade e coerência na validação de conceitos e enunciados, o artigo discute a validade do conceito de eventos privados para abordar os problemas relacionados à subjetividade considerando-se dois problemas: a) a ausência de visão consensual sobre a coerência do conceito com o sistema explicativo analítico-comportamental; e b) as funções do conceito. Argumentamos que analistas do comportamento têm usado o conceito de eventos privados sob controle de fenômenos de complexidade variável, o que explicaria parcialmente a falta de consenso sobre a coerência do conceito com o sistema explicativo analítico-comportamental. Quando há algum consenso sobre sua coerência, falta ainda consenso sobre sua instrumentalidade. Com isso, o reconhecimento da coerência e instrumentalidade do conceito depende da emissão da resposta verbal “eventos privados” sob controle de classes específicas de eventos.

Palavras-chave: Análise do Comportamento, eventos privados, subjetividade, pragmatismo.

ABSTRACT

Behavior analysis distinguishes itself from other behaviorist approaches in the treatment it offers to the issue of subjectivity, which includes the use of the concept of private events. Since behavior analysis has been related to pragmatism, on the basis of the criteria used to validate scientific concepts and propositions, this paper discusses the scientific character of the concept of private events in the light of those criteria. The paper presents James's and Rorty's statements concerning the relation between instrumentality and coherence in the validation of concepts and propositions. Those statements are used as a reference to the analysis of the validity of the concept of private events in the treatment of problems related to subjectivity, considering on two problems: a) the lack of a consensus about the concept's coherence with the behavior-analytic explanatory system; and b) the functions of the concept. We argue that behavior analysts have used the concept of private events under the control of phenomena of variable complexity, which might explain the lack of consensus about its coherence with the behavior-analytic explanatory system. When some sort of consensus about its coherence is reached, it lacks about its instrumentality. Thus, the recognition of coherence and instrumentality of the concept is dependent on the emission of the verbal response “private events” under the control of specific classes of events.

Keywords: Behavior Analysis, private events, subjectivity, pragmatism.